

PSD: OS PARLAMENTARES DE UM PARTIDO *CATCH-ALL*

PSD: THE CONGRESSMEN OF A CATCH-ALL PARTY

PSD: LOS PARALAMENTARIOS DE UN PARTIDO CATCH-ALL

Victor Diogo Urbanek¹
Carlos Alberto Simioni²

Resumo

Fundado em 2011, o PSD (Partido Social Democrático) é um partido recente nas disputas eleitorais. No entanto, apresentou grande potencial nas eleições que participou, sendo considerado, atualmente, relevante no Congresso Nacional. A partir dos dados levantados, observaram-se poucas mudanças na elite do partido, que tomou posse em 2015. Segundo alguns autores, como Kirchheimer (2012) e Panebianco (2005), o PSD se encaixa no modelo denominado *catch-all*. Neste sentido, com base nos dados da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral, objetiva-se analisar os deputados do PSD comparativamente, para criar um panorama da bancada do partido. Ademais, busca-se compreender a responsividade do sistema partidário brasileiro.

Palavras-chave: partidos; *catch-all*; elites.

Abstract

Established in 2011, PSD (Social Democratic Party) is a recent party in electoral disputes. Nevertheless, it presented great potential in the elections it participated, being considered, nowadays, relevant in the National Congress. From the data collected, there were few changes in the elite of the party, which took office in 2015. According to some authors, such as Kirchheimer (2012) and Panebianco (2005), PSD fits the party model called *catch-all*. Hence, based on data from the Superior Electoral Court and the Chamber of Deputies, the objective is to analyze PSD's deputies comparatively, to create an overview of the party's parliamentary group. Moreover, it seeks to understand the responsiveness of the Brazilian party system.

Keywords: parties; *catch-all*; elites.

Resumen

Fundado en 2011, el PSD (Partido Social Democrático) es un partido reciente en las disputas electorales. Sin embargo, ha presentado gran potencial en las elecciones en las que ha participado y tiene relevancia, actualmente, en el Congreso Nacional. A partir de los datos recopilados, se observan pocos cambios en la cúpula del partido, que tomó posesión en 2015. Según algunos autores, como Kirchheimer (2012) y Panebianco (2005), el PSD se encaja en el modelo denominado *catch-all*. De esa manera, sobre la base de los datos de la Asamblea de Diputados y del Tribunal Superior Electoral, se pretende analizar a los diputados del PSD en términos comparativos, para elaborar un panorama de la bancada del partido. Además, se tratará de entender la responsividad del sistema partidista brasileño.

Palabras-clave: partidos; *catch-all*; cúpulas.

1 Introdução

Apesar de possuir uma significativa base de estudos clássicos, a ciência política é uma área dinâmica, pois lida com temas contemporâneos. Entre os diversos objetos de pesquisa desta

¹ Bacharelado em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: victorurbanek@hotmail.com.

² Professor dos cursos de Ciência Política, Relações Internacionais e Direito pelo Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: carlos.s@uninter.com.

área, o estudo de partidos e das elites são fundamentais, porém escassos. Em vista disso, o presente trabalho relaciona esses tópicos a partir de diferentes perspectivas quanto à representação.

O estudo de elites pode contribuir para a compreensão dos seguintes pontos: decisões políticas; momentos históricos de estabilidade ou de mudanças estruturais; concepções democráticas; profissionalização política; e a institucionalização (PERISSINOTTO, 2018). A institucionalização, por exemplo, é um tema pertinente ao estudo de partidos, pois verifica o quanto uma sociedade está respondendo aos anseios de uma democracia representativa.

“De maneira geral, um partido é um grupo cujos membros, com ideias em comum expressas em um programa político, pretendem agir para obter o poder políticos de dada coletividade, por meios eleitorais ou não.” (ROEDER; BRAGA, 2017, p. 23). No século passado, a partir dessa característica geral, alguns autores começaram a classificar os partidos políticos de forma cronológica; ou seja, as agremiações se desenvolveriam de uma maneira linear e suas mudanças seriam embasadas em um dado momento histórico. Entre essas classificações de partidos, Mayer (2018) aponta o PSD como um partido *catch-all*, termo cunhado por Kirchheimer nos anos 60 (edição brasileira de 2012) e desenvolvida, posteriormente, no final dos anos 80, por Panebianco (edição brasileira de 2005).

O PSD³ é um novo partido que, geralmente, não é estudado pela ciência política brasileira; contudo, a legenda já apresenta potencial para atingir uma quantidade significativa de votos. Nesse sentido, a pesquisa visa entender o perfil socioeconômico dos políticos pertencentes a um importante partido *catch-all* (pega-tudo) no Brasil.

Considerando que a democracia foi reestabelecida recentemente no Brasil e que houve a expansão do sistema partidário com agremiações que se consolidaram ou não (MAYER, 2018), analisar os atributos particulares de cada legenda é uma tarefa complexa, devido ao alto nível de fragmentação.

Destarte, analisar-se-ão os perfis dos deputados federais que tomaram posse na Câmara dos Deputados pelo PSD em sua primeira disputa eleitoral em 2014, baseando-se nas investigações realizadas na obra *Partidos, ideologia e composição social*, de Leôncio Martins Rodrigues; ademais, utilizam-se as segmentações de renda e ocupação para considerar as tendências socioeconômicas dos deputados federais, além da regionalização e filiações pregressas ao partido.

³ O Partido Social Democrático (PSD) foi fundado em 2011 e não tem relação com siglas de outros períodos históricos. Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 5, n. 1, p. 68-82, jan./jun. 2022

2 Democracia e partidos, o caso do psd

Desde a antiguidade, já se refletia sobre modelos de organização e distribuição de poder nas mais diversas comunidades, sociedades e Estados. Atualmente, concebemos as organizações democráticas de forma representativa, onde o *demos* (o povo) cede a sua parcela de *kratos* (do poder) a um terceiro, o qual o representará na arena política. Este conceito de representação de poder perpassa a Idade Média, já que os líderes religiosos eram considerados representantes divinos; posteriormente, em um sentido jurídico, surge o procurador e, finalmente, a representação política, que busca responder à questão do aumento demográfico da população (MEDEIROS, 2016)

A democracia é um dos pilares estruturantes da sociedade, defendido pela ciência política; assim, os partidos se tornam centrais e indispensáveis em relação à representatividade.

Pioneiro nos estudos de classificação dos partidos, Maurice Duverger (1970) define o *partido de quadros* como o primeiro modelo de partido a ser sistematizado — de origem interna aos parlamentos e restritos a personagens ilustres e notáveis. Com a ampliação do sufrágio universal, começam a se formar os *partidos de massas*, também analisados por Duverger (1970), os quais teriam um grande contingente de filiados, com origem externa ao parlamento e organização permanente, indo além dos períodos eleitorais. Weber (2015) destacou algumas características do desenvolvimento de novos tipos de organização partidária:

[...] formas modernas da organização partidária. Elas são filhas da democracia, do direito de voto das massas, da necessidade de propaganda de massas e da organização das massas, do desenvolvimento de uma unidade extrema da direção e da mais rigorosa disciplina (WEBER, 2015, p. 99).

As contribuições de Weber demonstram a dinâmica do comportamento dos partidos, que não é imediata e nem simultânea entre as organizações ou localidades, e muito menos se trata de uma transformação repentina. Além disso, sua observação ocorre algum tempo antes dessa dinâmica partidária ser sistematizada. O autor demonstra que, naquele momento, de forma incipiente, era visível uma nova configuração de como o poder, as deliberações e o mercado político se desenvolviam.

Organizar o processo decisório de maneira representativa tornou-se indispensável após a 2ª Guerra Mundial, devido ao ambiente hostil e de autoritarismo que abalaram o mundo. Com embasamento em aparatos ideológicos extremados, as nações vivenciaram “transformações dos partidos políticos para sobreviverem em um novo ambiente em que as clivagens sociais não

eram mais tão aparentes.” (MAYER, 2018, p. 26). Impulsionada pelo período histórico, surgiu uma nova tipologia de partido: o modelo *catch-all*.

Como supracitado, o termo *catch-all* foi cunhado, a princípio, por Otto Kirchheimer (2012) e refinado, posteriormente, por Panebianco (2005). Kirchheimer, em relação ao novo modelo, afirma que “o partido *catch-all* na Europa apareceu num tempo de desideologização.” (KIRCHHEIMER, 2012, p. 166). Isso demonstra uma falta de programa dessas organizações e a transformação, *a posteriori*, dos partidos de quadros e dos partidos de massas em um modelo mais concentrado no ambiente eleitoral, que se situaria em uma alternância entre a crítica e o apoio ao *establishment* (KIRCHHEIMER, 2012).

Ressalta-se, entretanto, que esses modelos são tipos ideais que evidenciam as características de um tipo de partido. O partido *catch-all* ainda está presente em diversas democracias, e no Brasil não seria diferente. Rodrigo Mayer, ao classificar o Partido Social Democrático em seu livro *Partidos políticos no Brasil: do Império à Nova República*, argumenta que “O PSD se constitui como um autêntico partido *catch-all*, devido à sua proposital indefinição ideológica.” (MAYER, 2018, p. 170). O autor afirma, também, que “as entidades partidárias brasileiras são em sua maioria descrita como *catch-all*”. (MAYER, 2018, p. 160)

Kirchheimer (2012) aponta algumas ressalvas em relação ao modelo, pois seria mais difícil diferenciar as diversas agremiações e, conseqüentemente, haveria um desencanto do cidadão pela democracia representativa. Mesmo com essa perspectiva, o autor concebia os partidos como centrais nesse regime de governo. Nesse sentido, Carreirão (2014) faz a seguinte observação sobre os partidos no Brasil:

[...] a migração frequente de lideranças estaduais importantes [...] torna difícil a formação de imagens partidárias claras pelo eleitorado e gera um cenário em que cada eleição o panorama da disputa (em termos partidários) é bem diferente do das disputas anteriores (CARREIRÃO, 2012, p. 278).

O PSD, antes mesmo de sua primeira disputa eleitoral, apresentou ampla força partidária na Câmara dos Deputados, aglutinando um número considerável de deputados em sua bancada — atrás somente do PT e, na época, do denominado PMDB⁴; na eleição de 2014, elegeu 36 deputados federais, estabelecendo-se entre as 5 maiores bancadas partidárias da Câmara dos Deputados. Segundo Simoni Jr e Ribeiro (2019), um dos fatores que explicam o sucesso do partido em 2014 foram as decisões judiciais, que permitiram acesso ao fundo partidário e ao

⁴ Em 2017, PMDB alterou seu nome para MDB.

tempo de TV no horário gratuito de propaganda eleitoral, mesmo não tendo participado das eleições em 2010. Tais elementos reforçam a interpretação de que os partidos *catch-all* surgem devido ao financiamento público e ao desenvolvimento dos meios de comunicação em massa; assim, tais organizações herdaram, simultaneamente, a centralização do partido de quadros e o fundo ideológico básico do partido de massas (PANEBIANCO, 2015; SAWICKI, 1996).

Como mencionado, o PSD é um partido que foge de uma definição ideológica⁵(MAYER, 2018); além disso, configura-se como um partido “disponível” (SIMONI JR; RIBEIRO, 2019), com base na definição de Melo e Câmara (2012). Este panorama foi evidenciado quando Simoni Jr e Ribeiro (2019) verificaram que Guilherme Afif Domingos, vice da chapa do governo PSDB de São Paulo e filiado ao PSD, assumiu uma secretaria no governo federal do PT, sem renunciar ao cargo de vice-governador — o que demonstra sua inclinação em se aproximar do PT e PSDB, adversários históricos. Em 2014, o PSD estava coligado à candidatura da então candidata à presidência da república Dilma Rousseff (PT); no entanto, o partido também apoiou outros 8 candidatos do PSDB que concorriam ao governo de diferentes unidades federativas. Quanto aos pleitos estaduais, o PSD disputou apenas quatro, o que “mostrou na sua primeira eleição nacional que o principal foco do partido era a eleição parlamentar.” (SIMONI JR; RIBEIRO, 2019, p.77).

Simoni Jr e Ribeiro (2019) destacam, também, outros momentos de relevância do PSD, que nos permite caracterizá-lo como um partido *catch-all*. Sua criação ocorreu a partir de cisões com o antigo partido de seus fundadores, o DEM. O deslocamento de parlamentares do DEM para o PSD era sustentado pela retórica de que não havia mais a vontade de fazer oposição ao governo federal. O partido que administrava o país possuía uma grande base eleitoral na região nordeste, porém, menos da metade dos parlamentares deslocados para o PSD advinha desta região. Além disso, a minoria dos parlamentares que se filiaram ao partido eram da base do governo e, de maneira geral, os deputados da nova sigla diminuiriam seu apoio aos programas promovidos pelo executivo na época — o que revela que pode ter ocorrido um desentendimento entre as lideranças do DEM. Este quadro revela a característica do PSD em se manter forte no mercado eleitoral, mas sem assumir uma bandeira definitiva.

Destarte, as “regras do jogo” eleitoral levaram ao surgimento de partidos como o próprio PSD, a Rede Sustentabilidade, o Solidariedade e o Novo. Demonstra-se, assim, a instabilidade do sistema partidário no Brasil. Este é um fenômeno comum na América Latina, pois, nessa

⁵ Um dos próprios fundadores do partido corrobora essa orientação: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,kassab-psd-nao-sera-nem-esquerda-direita-ou-centro,698756>.

região, há “uma grande inclinação à criação de partidos políticos novos que sirvam como instrumento para a carreira dos seus chefes.” (PERISSINOTTO; COSTA; MASSIMO, 2018)

Sartori (1976) define que um *sistema*⁶ de partidos deve ter ao menos duas agremiações contínuas e polarizadas; porém, essas características iniciais não privilegiam a ideia de uma institucionalização mais ampla, que acaba se tornando secundária.

A institucionalização é uma ideia desenvolvida e aperfeiçoada posteriormente, que se refere a

[...] um processo pelo qual uma prática ou organização se torna bem estabelecida e amplamente conhecida, se não universalmente aceita. Os atores desenvolvem expectativas, orientações e comportamentos baseados na premissa de que essa prática ou organização prevalecerá no futuro previsível (MAINWARING; TORCAL, 2005, p. 254).

Conforme Mainwaring e Torcal (2005), o conceito de institucionalização baseia-se nas seguintes características: (a) a estabilidade de partidos existentes em democracias industrializadas avançadas; (b) a estabilidade na competição partidária; (c) partidos com alto vínculo popular (que sinaliza uma volatilidade eleitoral⁷ menor); e (d) líderes que legitimam as organizações partidárias e não se apresentam de forma populista ou personalista, distanciando-se, assim, da antipolítica.

No entanto, tais fatores são, historicamente, pouco perceptíveis no Brasil, onde há líderes que, por conta de sua popularidade, se apropriam de sua popularidade e acabam se personalizando na máquina partidária. Esta estratégia é rentável, pois “políticos antipartidários têm mais chances de ganhar eleições e o populismo e a antipolítica são mais comuns” (MAINWARING; TORCAL, 2005, p. 269) em sistemas pouco institucionalizados. Em vista disso, estimulam-se a criação de novos partidos e a pouca estabilidade do sistema partidário brasileiro, bem como se ratifica que “a cena política é dominada mais por personalidades do que por partidos” (MAINWARING; TORCAL, 2005, p. 269).

Com o baixo custo para a criação de novos partidos (e no caso do PSD, devido às decisões da justiça), há um modelo de competição “bastante imprevisível, com diferentes padrões de alternância, com frequentes mudanças na composição das alternativas de governo” (BRAGA, 2010, p. 47) e com pouca correlação de forças e coalizões (CARREIRÃO, 2014). Forma-se, então, um sistema fragmentado, que abriga um significativo número de partidos

⁶ Maiwaring e Torcal (2005) criticam essa denominação por ser dicotômica.

⁷ Volatilidade eleitoral – “Refere-se à transferência agregada dos votos de um partido para outro, de uma eleição para outra” (Mainwaring e Torcal, 2005, p.255).

capazes de alterar a dinâmica no parlamento⁸; ademais, estes partidos “são percebidos de forma diferente [...], especialmente quando confrontados com a realidade do governo ou com as possibilidades de alcançá-lo.” (RODRIGUES, 2002, p. 32).

No entanto, os estudos da institucionalização e de modelos de partido adotam uma abordagem restrita e tecnocrata, pois os aspectos de composição social fogem dessa dinâmica (LAVAU, 1953); por essa razão, é importante verificar o perfil socioeconômico dos eleitos por um partido que surge em um sistema de institucionalidade incipiente.

Após a 2ª Guerra Mundial, observou-se uma “revolução” da classe política, com um pluralismo marcado por reivindicações de novos atores sociais, como negros e mulheres (SAWICKI, 1999). Esse fator deve ser considerado, pois, deve-se evitar um sentimento autônomo presente na Ciência Política (LAVAU, 1953); posteriormente, pode-se caracterizar o patrimônio, escolaridade, gênero e outros aspectos, que são importantes para discutir o sistema partidário de qualquer instância ou localidade.

Nesse sentido, dados referentes ao PSD podem contribuir para o debate das elites nos partidos de modelo *catch-all*, a partir de uma perspectiva comparada. Esses partidos, que privilegiam de forma exacerbada as demandas do mercado eleitoral e as oportunidades de poder, podem fornecer importantes dados relativos ao perfil de seus atores; logo, faz-se necessário verificar o quadro de seus parlamentares. A presente análise se baseia nos argumentos de Rodrigues (2002); iremos reproduzir tal método, porém restringindo o objeto de estudo e mudando o foco das considerações para o PSD.

3 O perfil dos eleitos pelo psd em 2014

Em 2014, o PSD disputou sua primeira eleição geral; tomaram posse 36 deputados federais pelo partido, todos do gênero masculino e com uma média de idade de 50 anos⁹. O parlamentar mais jovem possuía 31 anos e teve sua entrada na vida política impulsionada pela influência de sua mãe, a então Senadora Katia Abreu (TO). Esta é uma das características das jovens democracias latino-americanas, em que “a família ocupa papel de destaque para a construção da carreira dos parlamentares.” (PERISSINOTTO; COSTA; MASSIMO, 2018).

Com as faixas etárias bem distribuídas — daqueles com menos de 40 anos aos parlamentares mais de 61 — não há um grupo que se sobressaia nessa característica. No entanto,

⁸ Calculado pelo NEP (Número efetivo de partido)

⁹ Todas as idades dos parlamentares, no presente artigo, foram consideradas na data da posse.

quando se considera a cor/raça de todos que tomaram posse, quase 90% são autodeclarados brancos, apenas 4 se consideram pardos e nenhum se dizia negro.

Estes dados corroboram o perfil dos eleitos para compor a Câmara dos deputados na legislatura de 2015-2019, em que quase 80% eram brancos e 90% das cadeiras foram ocupadas por homens. Contudo, o perfil dos eleitos não corresponde à realidade brasileira. Com relação à composição étnica no país, as mulheres são quantitativamente equivalentes, se não maioria, quando comparados ao número de homens; em relação à cor/raça, o panorama é similar, a quantidade pardos e negros é semelhante à quantidade de brancos, se não maioria¹⁰.

O estudo das elites promove importância à categoria ocupação/profissão, pois revela “um saber prático, resultado de experiências vividas e predisposições contraídas” (CODATO; COSTA; MASSIMO, 2014, p. 349) pelos atores políticos. Aqui observamos, também, a importância desse estudo quando há uma renovação radical da classe política — justamente após a Segunda Guerra Mundial, em que surgiram pesquisas sobre recrutamento social de líderes políticos (SAWICKI, 1999).

Quanto às profissões autodeclaradas dos deputados que tomaram posse pelo PSD, destacam-se: aqueles que definem o próprio mandato como principal ocupação, em qualquer esfera de poder (15 deputados); os que se definem empresários (6 deputados); e os advogados (4 deputados). Das três ocupações, cada uma representa mais de 10% do total dos eleitos pelo partido, conforme a tabela:

Tabela 1: Profissão dos Parlamentares do PSD.

Profissão/Ocupação	Nº Deputados	%
ADMINISTRADOR	1	2,78%
ADVOGADO	4	11,11%
ARQUITETO	1	2,78%
COMERCIANTE	2	5,56%
DEPUTADO	14	38,89%
EMPRESÁRIO	6	16,67%
ENGENHEIRO	1	2,78%
MÉDICO	1	2,78%
OUTROS	1	2,78%
PROFESSOR E INSTRUTOR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1	2,78%
SACERDOTE OU MEMBRO DE ORDEM OU SEITA RELIGIOSA	1	2,78%
SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	2	5,56%
VEREADOR	1	2,78%
TOTAL	36	100,00%

Fonte dos dados brutos: Tribunal Superior Eleitoral e elaboração: Consultoria Legislativa e Ditec / Secid – Serviço de Ciência de Dados.

¹⁰ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10503&t=destaques>. Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 5, n. 1, p. 68-82, jan./jun. 2022

Empresários e advogados são ocupações comuns na maioria das democracias. Segundo Weber (2015), os advogados são capazes de conduzir uma causa de forma técnica; já Rodrigues (2002) argumenta que são profissionais liberais que possuem uma tendência ideológica mais alinhada à esquerda, quando comparados com os empresários, que possuem uma tendência mais à direita do espectro político.

O grande número de deputados reeleitos deve-se à migração daqueles que já atuavam nas esferas governamentais anteriormente à fundação do PSD. Observa-se que a maioria (44,44%) nunca exerceu mandatos fora da Câmara dos Deputados, isto é, são principiantes na política (5 deputados) ou só tiveram mandatos na Câmara baixa brasileira (11 deputados). Ao analisar aqueles que já possuíram mandatos no executivo (governador e/ou prefeito), o número não passa dos 25%, pois um parlamentar pode ter ocupado os dois cargos e, assim, somar-se a essa percentagem.

Weber (2015) analisou, também, as carreiras dos personagens políticos, de modo a compreender como a ocupação interfere em suas atuações. Nesse sentido, o autor argumenta ser indispensável que os atores políticos possuam independência econômica, para viverem da política; ou seja, devem possuir renda externa a suas atuações públicas, para se dedicarem inteiramente aos assuntos políticos. Quanto ao incentivo, existem algumas profissões que são mais permissivas à entrada na política, pois possibilitariam a acumulação de recursos como tempo e *status* — além de permitirem baixos custos para os atores regressarem ao antigo posto de ocupação (CODATO, 2014).

Outro tema de destaque é o patrimônio dos eleitos. Rodrigues (2002) faz a distribuição em baixo, médio baixo, médio alto e alto patrimônio, com suas devidas faixas de valores, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 2
Faixas de Patrimônio na Câmara
dos Deputados (em reais)

TIPO DE PATRIMÔNIO	VALOR DAS FAIXAS
1ª Baixo	Menos de 200 mil
2ª Médio baixo	200 mil a menos de 500 mil
3ª Médio alto	De 500 mil a 2 milhões
4ª Alto	Mais de 2 milhões

Fonte: RODRIGUES (2002, p. 39).

Entretanto, estes valores estão defasados em relação ao período do objeto de estudo do presente artigo; logo, considerando um período próximo de tempo das declarações de

patrimônio utilizadas por Rodrigues e as dos deputados que tomaram posse em 2015, os valores designados pelo referido autor foram inflacionados pela Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil¹¹. Dos 36 deputados que tomaram posse pelo PSD em 2015, apenas um declarou não possuir patrimônio, sendo elencado na categoria de baixo patrimônio.

Isto posto, observa-se abaixo a tabela com valores atualizados, referentes à bancada do PSD em 2014.

Tabela 3: Patrimônio dos parlamentares do PSD.

Tipo de Patrimônio	Faixa de patrimônio	Deputados	%		
Baixo	Menos de 560 mil	2	5,56%	41,67%	5,56%
Médio baixo	560 mil a 1,4 mi	13	36,11%		58,33%
Médio alto	1,4 mi a 5,6 mi	16	44,44%		
Alto	Mais de 5,6 mi	5	13,89%		13,89%
TOTAL		36	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: RODRIGUES (2002). Adaptado.

Quanto à distribuição do patrimônio, é visível uma concentração de 80,56% nas camadas médias, e uma ligeira maioria dos mais ricos, com alto e médio alto patrimônio, em contraste aos menos ricos que possuem um patrimônio médio baixo ou baixo. Rodrigues (2002) observou que, nos partidos mais ideológicos, há essa disparidade; ademais, quanto mais se caminha da esquerda para a direita, maior o patrimônio. Destarte, se o objetivo fosse avaliar o PSD por esse prisma, Rodrigues (2002) provavelmente o definira como um partido mais ao centro, porém essa crítica foge ao nosso escopo.

Uma característica próxima, ao se elencar patrimônio, é a escolaridade. Em sua maioria, o PSD elegeu mais de ¾ de deputados que possuem no mínimo graduação, e que se distribuíram em todas as faixas de patrimônio — com destaque para os que possuem riquezas nas bandas de média-alta, que representam mais de 1/3 da bancada que tomou posse. A tabela a seguir correlaciona as categorias Escolaridade X Patrimônio:

Tabela 4: Patrimônio X Qualificação.

Qualificação	Patrimônio				%
	Menos de 560 mil	560 mil a 1,4 mi	1,4 mi a 5,6 mi	Mais de 5,6 mi	
Até o Secundário	0	3	3	2	22,22%
Graduação	2	6	10	2	55,56%
Pós Graduação	0	4	3	1	22,22%
%	5,56%	36,11%	44,44%	13,89%	100%

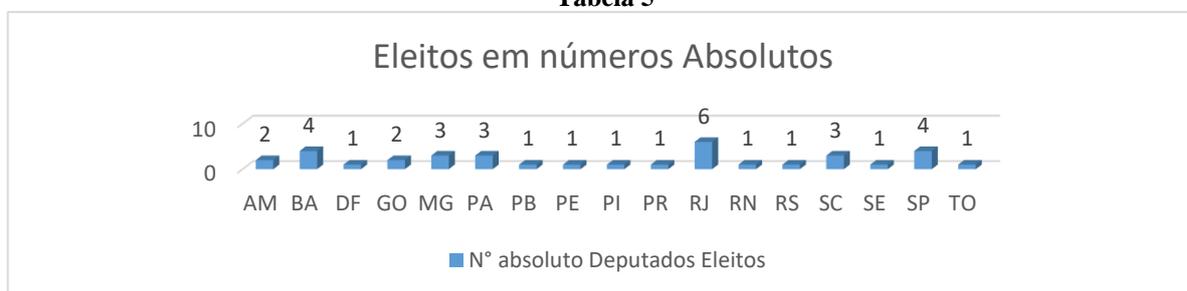
Fonte dos dados brutos: Tribunal Superior Eleitoral - Elaboração nossa.

¹¹ Utilizou-se o IPCA para inflacionar do período de 12/1997 até 10/2014. Índice de correção 2,806 – Valor percentual de 180,6%.

Dos que possuem patrimônio médio-alto e alto (acima de 1,4 mi), mas não possuíam títulos de nível superior, apenas um não incluía ocupações em cargos eletivos anteriores, tanto na Câmara Federal quanto em outros espaços da arena política.

Outra importante referência é o distrito em qual o Deputado Federal foi eleito. Como a magnitude de cada unidade federativa é diferente, podemos verificar locais onde o número absoluto de eleitos é considerável, porém, de forma relativa, essa métrica acaba sendo desmitificada. Em números absolutos, os estados do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo foram os que mais tiveram parlamentares ocupando cadeiras na Câmara dos Deputados.

Tabela 5



Fonte: Câmara dos Deputados - Elaboração nossa.

No entanto, ao quando se analisa por uma perspectiva de números relativos, o estado do Amazonas desponta com ¼ dos parlamentares eleitos pelo PSD; contudo, é uma unidade federativa que disputa apenas 8 cadeiras da Câmara Baixa do legislativo federal. Logo em seguida do Amazonas, vem Santa Catarina e Pará.

Tabela 6



Fonte: Câmara dos Deputados - Elaboração nossa.

Em relação à dissidência dos parlamentares, 13 dos 36 eleitos tinham como último registro de filiação partidária o DEM, seguido do PMDB com 5. Nota-se, também, que apenas dois parlamentares tinham o PSD como primeira filiação partidária; além disso, se somarmos

os parlamentares que vieram de partidos da coligação da então candidata e Presidente da República Dilma Rousseff, esse valor é de apenas dez (10) eleitos.

4 Considerações finais

Identificou-se que o modelo de partido *catch-all* não apresenta uma ideologia clara; a militância é descentralizada, a busca por recursos de financiamento público é grande e possuem um poderoso aparato de *marketing*. Em vista disso, este tipo de partido tem concentrado inúmeros votos dos eleitores ultimamente, que os enxergam como uma preferência para representá-los.

Criado em 2011, o PSD é um partido *catch-all* relativamente novo, que apresentou um desempenho satisfatório na sua primeira eleição que disputou para cargos na Câmara dos Deputados, conquistando mais cadeiras que partidos históricos. Neste curto período, houve grandes adesões ao partido, o que criou um novo panorama em regiões diferentes do Brasil (CARREIRÃO, 2014).

Quanto às características de raça e gênero, o PSD está longe do que seria um modelo ideal de “representação” da sociedade brasileira, em que negros, pardos e mulheres são maioria; por isso, a preocupação com o perfil social dos eleitos é importante, pois o partido *catch-all* surge quando a busca por representatividade é essencial. Esta disparidade no PSD é ainda maior se compararmos esse cenário com a Câmara dos Deputados; entretanto, deve-se considerar que esse é somente um fator, pois poderíamos estar ocorrendo em uma espécie de anacronismo se olhar por tal prisma.

As profissões autodeclaradas mostram o grande número de reeleitos à Câmara Baixa, fato que pode ser explicado, pois, o partido surge na arena política, tanto que apenas 5 dos 36 deputados que tomaram posse nunca foram eleitos para cargos públicos. O destaque fica por conta do grande número de empresários e advogados que são frequentes nos quadros de um parlamento, mas que se posicionam de lados opostos.

Quanto ao patrimônio de sua elite, as camadas médias se sobressaem e não há considerável popularização ou representação de uma elite econômica. Rodrigues (2002) classifica essa questão como fator ideológico, mas no caso do PSD fica indefinido. O foco do presente trabalho não é esse tipo de classificação, porém tal aspecto pode indicar a falta de ideologia de um modelo *catch-all*.

No PSD, a maioria dos eleitos possui ao menos graduação, de forma proporcional à casa a qual foram eleitos. Quanto aos eleitos que não apresentavam graduação e possuíam

patrimônio em níveis elevados, provavelmente, enriqueceram na política. Apenas um dos deputados com patrimônio elevado não havia tido vínculos anteriores em cargos eletivos, mas sua ocupação/profissão era de comerciante/empresário.

Observa-se, também, um bom desempenho do PSD na região Norte do país, conquistando 9% das 65 cadeiras disputada pela região — relativamente seu melhor desempenho regional. No Nordeste, esse desempenho não chega a 6% de cadeira conquistadas, uma diferença pequena, porém, para um partido que foi teoricamente criado com intuito de se aproximar do então governo, apresentar a pior taxa de eleitos na região Nordeste é contraditório.

Desta forma, sendo a democracia representativa indispensável na realidade social global, o PSD é um partido que vem demonstrando sucesso no mercado eleitoral. As decisões da justiça proporcionaram-lhe recursos como o financiamento público e tempo de TV, algumas das características que o partido *catch-all* exige para ser caracterizado.

A elite do partido tem origem interna à arena política, com personagens notáveis e bem distribuídos quando se trata de fatores econômicos e de instrução, porém com pouca abertura para novatos. Nesse sentido, o PSD não apresenta uma elite homogênea, exceto em aspectos etnográficos; contudo, não é possível afirmar que tais conclusões sejam regras. O estudo deve ser ampliado a outros escrutínios e a outros partidos que também surgiram recentemente com sucesso eleitoral, celebrando alianças com partidos em diferentes posições do espectro ideológico e que remontam todas as características de um partido *catch-all*. Logo, este tipo de análise é indispensável para aprimorar e consolidar o conhecimento de elites nos partidos desse modelo no Brasil.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do Cidadão – Índices de Preços.**

Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=xibirFormCorrecaoValores&aba=1>. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRAGA, M. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 43-72, 2010.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Certidão de filiação partidária. **TSE**, [S.l.], [20--],

Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-filiacao-partidaria>. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Sistema de divulgação de candidaturas 2014. **TSE**, [S.l.], [20--]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/candidaturas/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas>. Acesso em: 02 jul. 2020.

CARREIRAO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.14, p. 255-295, 2014.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 346-362, 2014.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Tradução de Cristiano Monteiro Oiticica. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar/UNB, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo demográfico 2010 – Principais resultados. **IBGE**, [S.l.], 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10503&t=destaques>. Acesso em: 02 jul. 2020.

KATZ, R. S.; MAIR, P. El partido cartel: la transformación de los modelos de partidos de la democracia de partidos. Traducción de María Jiménez Buedo. **Zona Abierta**, n. 108/109, p. 9-39, 2004.

KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. Tradução e notas Paulo Peres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 349-385, 2012.

LAVAU, G. **Partis politiques et réalités sociales**. Contribution à une étude réaliste des partis politiques. Paris: Armand Colin, 1953.

MAINWARING, S; TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 249-286, 2005.

MAYER, R. **Partidos políticos no Brasil: do Império à Nova República**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2018.

MEDEIROS, P. **Uma Introdução à Teoria da Democracia**. Curitiba: Intersaberes, 2016
MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **Dados- Revista de Ciências Sociais**, v. 55, n. 1, p. 71-117, 2012.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. Tradução de Denise Agostinetti. São Paulo: Martin Fontes, 2005.

PERISSINOTTO, R. M.; COSTA, L. D.; MASSIMO, L. **As elites políticas: questões de teoria e método**. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2018.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 301-333, 2009.

RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 31-47, 2002.

ROEDER, K. M.; BRAGA, S. Partidos Políticos e Sistemas Partidários. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017.

SARTORI, G. **Parties and party systems: a framework for analysis**. New York: Cambridge University Press, 1976.

SAWICKI, F. Classer les hommes politiques. Les usages des indicateurs de position sociale pour la compréhension de la professionnalisation politique. *In*: OFFERLÉ, M. **La profession politique: XIX-XX siècles**. Paris: Éditions Belin, 1999.

SAWICKI, F. Découverte de la science politique. **Cahiers Français**, n. 276, p. 51-59, 1996.

SIMONI JR, Sergio; RIBEIRO, Ricardo Mendes. O surgimento do PSD e o sistema partidário brasileiro. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 18, p. 54-85, 2019.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. Tradução e notas Marco Antônio Casanova. São Paulo: Martin Claret, 2015.